



OS MECANISMOS DE ENUNCIACAO COMO FONTE DE EXPRESSIVIDADE ARGUMENTATIVA EM TEXTOS DE CRIANÇAS

Fábio Delano Vidal Carneiro¹

Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a argumentação presente nos textos de opinião dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, no âmbito do jornal escolar “Primeiras Letras”, especificamente em relação aos mecanismos de enunciação, analisando a relação das operações enunciativas com a atividade de linguagem que engendrou o texto. A análise dos marcadores textuais, modalizadores e outros recursos discursivos nos levam à conclusão de que determinadas capacidades lingüísticas e textuais devem e podem ser elucidadas pelo trabalho pedagógico realizado na escola em relação ao ensino da língua portuguesa, especialmente no que tange ao domínio dos gêneros discursivo-textuais, sob pena de não formarmos alunos aptos ao uso da linguagem no mundo das relações e das práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Texto de opinião, argumentação, mecanismos de enunciação.

The argumentative language in the opinion texts: enunciation mechanisms

ABSTRACT

The main goal of this work is to analyze the argumentative language in the opinion texts of ten year-old K5 students in the texts they have written for a school newspaper. We analyze specifically the relationship between the enunciation operations and the practical situation of the language activity that brought about the text studied. The analysis of text markers, modalizations and other discursive and linguistic resources make us reach a conclusion that particular linguistic and textual capacities may and must be clarified by means of the work done at school, especially concerning the domain of text/discourse genres. Otherwise, we won't be preparing the students to become active users of their mother tongue in real social environment.

KEY-WORDS: Opinion Texts; argumentation; enunciation mechanisms.

¹ Professor do Colégio 7 de Setembro em Ceará. E-mail: fdvc13@gmail.com

² Professora na Universidade Federal do Ceará-Brasil. E-mail: eulalia@ufc.br



Introdução

A proposta de trabalho com os gêneros textuais no ensino da língua portuguesa toma força e sentido a partir da concepção de que a função da escola é formar o aluno para o exercício pleno da cidadania e para a participação no mundo letrado (PCN, 1998). Para participar desse mundo semioticamente organizado, é preciso que o aluno seja capaz de produzir textos de forma socialmente significativa, os quais se prestem aos seus objetivos comunicativos e que o ajudem a expressar seus pensamentos, intenções, enfim, que lhe possibilitem interagir em qualquer esfera de atividade humana ou domínio discursivo (VOLOSHINOV, 2003).

Para tanto, fazer a devida conexão entre a atividade de linguagem, ligada às práticas sociais reais e a atividade pedagógica é algo essencial. Na verdade, somente abordando a linguagem como ação humana, histórica e situada (BRONCKART, 2007) temos a possibilidade de fazer com que os alunos sejam actantes languageiros. Isto significa, necessariamente, fazê-los perceber que **é preciso produzir textos para conseguir mover as pessoas e o mundo**. Além disso, é preciso que aprendam a usar seus textos para agir em todas as dimensões da vida. Entretanto, para alcançar essa proposta, defendida também pelo Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD) há muito que se transformar no agir escolar.

Dessa forma podemos levantar os seguintes questionamentos: Como os textos produzidos pelos alunos são estudados na escola? Os aprendizes de língua materna têm a oportunidade de trabalhar seu próprio texto de maneira sistemática com a mediação do professor? Que capacidades de linguagem os alunos verdadeiramente adquirem ao longo de cada etapa do trabalho pedagógico/languageiro escolar? Como isso é verificado?

Nosso trabalho tem como principal objetivo, analisar o discurso argumentativo nos textos de opinião produzidos por alunos do 5º ano do Ensino Fundamental no âmbito do jornal escolar “Primeiras Letras”, tendo em vista as representações sociosubjetivas e suas manifestações na arquitetura textual.

Em nossa pesquisa, acompanhamos todo o processo de produção de um jornal escolar, produzidos por alunos de uma escola pública do município de Fortaleza, foram gravadas 26 horas de aulas nas quais os textos foram produzidos com a mediação do professor de língua portuguesa da turma. Ao final do processo foram coletados e analisados 150 textos produzidos por uma turma de 30 alunos para o jornal da escola.

Na análise dos textos produzidos, utilizamos a concepção da arquitetura textual (BRONCKART, 1999). Essa abordagem teórica requer procedimentos metodológicos que compreendem o registro e a reflexão não apenas do texto empírico como produto, mas como processo dialógico de construção de significações em contextos interacionais.

1 Atividade humana e gêneros de texto

Resultado de práticas sociais situadas em determinada comunidade verbal os gêneros são instrumentos que não apenas permitem, mas guiam as práticas linguageiras. Como afirma Voloshinov: “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos **relativamente estáveis** de enunciados” que constituem os “gêneros do discurso” (grifos do autor) (1934/2003, p. 279).

A importância dessa afirmação está na natureza dialética e dialógica dos gêneros textuais/discursivos. Ao mesmo tempo em que sintetizam um conhecimento social gerado para dar acesso a redes de comunicação e de sentido, os gêneros são sempre adaptados à ação de linguagem específica de quem produz os textos empíricos, cada um exemplar de um determinado gênero.

Entretanto, uma língua natural só é apreensível a partir das produções verbais efetivas, as quais tomam as mais diversas formas em função das situações de comunicação nas quais elas se inserem. Essas realizações empíricas diversas, “produções verbais situadas orais ou escritas”, são chamadas de textos (BRONCKART, 1999, p. 173).

Os gêneros permitem reagrupar a imensa variedade de textos disponíveis em função dos aspectos genéricos tais como os **conteúdos**, a **estrutura comunicativa** e as **configurações das unidades linguísticas**. Um gênero é, portanto, um pré-construto histórico resultante de uma prática e de uma formação social. (BRONCKART, 1999; 2006).

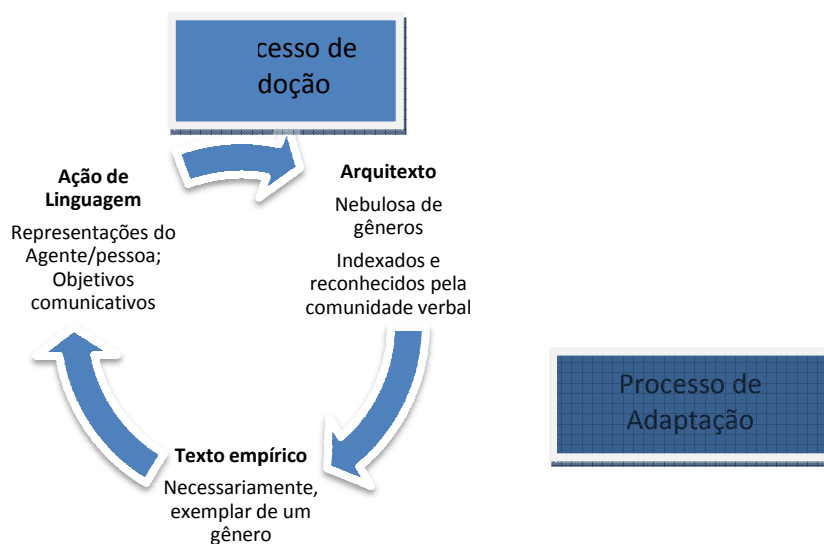
Entretanto, os gêneros são categorias abstratas: o que tem materialidade é o texto. O resultado desta relação gênero-texto é que os gêneros textuais são, ao mesmo tempo, reguladores e produtos das atividades sociais (BRONCKART, 1999). Dessa forma, o estudo dos gêneros só é possível a partir de uma análise dos textos efetivamente produzidos. (BRONCKART, 1999, 2006).

Para acessar o texto como produção verbal situada, somos obrigados a partir das ações de linguagem que o originam. Do ponto de vista psicológico ou das representações, as ações de linguagem ensejam um contexto de produção definido da seguinte forma por Bronckart (1999, p.93): “o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado”. Estes fatores estariam divididos em três aspectos ou mundos: o mundo físico, o mundo social e o mundo subjetivo.

No mundo físico, os parâmetros ou fatores que influenciariam a produção dos textos seriam o **lugar de produção**, o **momento de produção**, o **emissor** (pessoa ou máquina) que produz o texto e o **receptor**. Todos estes aspectos correspondem a um posicionamento situado do agente verbal no tempo-espaço.

O segundo e terceiro mundos, o social e o subjetivo, correspondem a um segundo plano de produção dos textos, que envolveria uma interação comunicativa ou formação social na qual se inclui a ação de linguagem que promoveu a produção do texto.

Abaixo, apresentamos um esquema que sintetiza as condições de produção dos textos (BRONCKART, 2006, p. 146):



Esquema 1: As condições de produção de um novo texto

2. Modelos de análise da arquitetura textual nos textos de opinião

Os textos empíricos coletados foram analisados a partir de uma reflexão acerca da situação de produção. A partir dessa análise foram criados esquemas de divisão e categorização das unidades linguísticas presentes em cada conjunto de textos.

No primeiro conjunto, foram analisados 30 textos produzidos a partir da seguinte consigna (consigna 1) efetuada pelo professor da turma:

<<Escreva sua opinião sobre um dos seguintes assuntos:

Coisas que você não se devem fazer durante as refeições

Coisas que não se devem fazer no cinema ou em um teatro

Coisas que você não deve fazer em eventos sociais: casamento, aniversário, etc.

Tempo para a atividade: 60 minutos>>

Cada texto foi segmentado em frases-proposições e analisado de acordo com as categorias abaixo:

Análise da Tese			Análise do Argumento					
Relação	V	Grupo	Organizad	Categoria de	Tipo	Relação	V	Grupo
Predicativa	o	Verbal	ores	organizador	de	Predicativa	o	Verbal
	z		Argument		Frase		z	
			ativos					

Quadro 1: Categorias de análise da díade Tese-Argumento

As categorias de análise centram-se nos grupos verbais e a partir destes na relação predicativa com o grupo ou grupos nominais. A análise buscou detectar a presença de metaverbos modalizadores, tanto no grupo verbal da tese quanto no seu correspondente no segmento de argumentação. Também foram analisados os parâmetros de temporalidade e aspectualidade dos grupos verbais.

Abaixo apresentamos o exemplo da análise de um dos textos coletados:

Aluna: Bárbara (nome fictício)

Título do texto: Comportamento impróprio à mesa

Segmentos	Análise da Tese			Análise do Argumento					
	Rel. Pred.	V o z	Grupo Verbal	Orga. Argum ntativos	Categoria de organizador	Tipo de Fra-se	Rel. Pred.	V o z	Grupo Verbal
Não deve pôr a cabeça acima do prato para comer. Para evitar que caia baba na comida e estrague-a;	(3aPS) Ø	G	Metaverbo Deônico (3PS)+ Infinitivo	para	Conjunção	C	(3aPS) Ø	G	Presente do Indicativo
Não deve retirar comida da mesa, <u>guardando na bolsa ou em qualquer outro lugar</u> . Porque se alguém vir irá achar que você é ladrão de comida ou outra coisa;	(3aPS) Ø	G	Metaverbo Deônico (3PS)+ Infinitivo	porque	Conjunção	C	(3aPS) pronome indefinido	G	Infinitivo+ Presente Indicativo+ Metaverbo Psicológico
Não deve meter o dedo no nariz ou no ouvido durante o jantar. Porque seu dedo ficará sujo e vai sujar a comida;	(3aPS) Ø	G	Metaverbo Deônico (3PS)+ Infinitivo	porque	Conjunção	C	(3aPS) nome	G	Futuro simples
Não deve arrotar durante a refeição. Porque os outros vão achar que você é mal educado.	(3aPS) Ø	G	Metaverbo Deônico (3PS)+ Infinitivo	porque	Conjunção	C	(3aPS) pronome indefinido	G	Infinitivo+ Presente Indicativo+ Metaverbo Psicológico

Ø = oculto ou elíptico
 G= voz Genérica (Terceira Pessoa do Singular)
 C= frase ou segmento complexo (em oposição à frase ou segmento simples ou de base).

Quadro 2: Exemplo de análise da díade Tese-Argumento

As modalizações, caracterizadas e pela presença de metaverbos , isto é, verbos que modificam outros verbos, especialmente em locuções verbais (Ex.: *devem* parar; *esperam* ficar, *gosta* de estudar) aparecem de forma bem marcada na grande maioria dos segmentos analisados (102 de 112 – 91%).

Podemos classificá-las abaixo de acordo com o sistema de significações que cada uma representa. Apresentamos exemplos retirados do corpus analisado:

- (1) Epistemológicas → consistem em julgamento sobre o valor de verdade das proposições enunciadas; abrange a ordem do possível.
Ex. "Ela *espera* que essa escola tenha uma boa educação"
- (2) Deônticas → apresentam os fatos como (socialmente) permitidos, proibidos, necessários, desejáveis, etc.
Ex.: "Não *devemos* estourar as bolas antes do aniversário terminar"
- (3) Apreciativas → traduzem um julgamento mais subjetivo, da ordem do sentir apreciativo em termos de bom, belo, etc.
"Eu queria ficar aqui no Maria Cardoso (escola), mas não tem o 6º ano."
- (4) Pragmáticas → introduzem um julgamento sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente, principalmente sobre a capacidade de ação (o poder-fazer), a intenção (o querer-fazer) e as razões (o dever-fazer)".
Ex.: A gente não pode *querer* sempre ser o primeiro em tudo
- (5) Psicológicas → denotam uma operação psicológica (acreditar, pensar, etc.).
Ex.: Porque se alguém vir irá *achar* que você é ladrão de comida ou outra coisa (BRONCKART, 1999; BULEA, 2004).

3. A díade frase-tese x frase-argumento

No total de 24 textos analisados, encontramos o total de 134 frases. Dentre essas, verificamos a existência de **113 frases-tese** e **21 frases-argumento**. Nosso critério baseou-se

no mais simples e tradicional das abordagens sintáticas, ou seja, a frase como um enunciado iniciando por uma letra maiúscula e terminado por um marcador (ponto final, de interrogação ou exclamação), podendo conter um só grupo verbal (frase simples) ou mais (frase complexa).

O termo proposição foi utilizado como grau zero de planificação textual³, podendo compreender uma só frase simples ou complexa ou um conjunto de frases conectadas para expressar uma determinada operação de sentido no seu grau mais elementar. É evidente que nossa visão de proposição, como unidade de sentido discursivo tem um caráter mais textual, interfrásico, do que sintático ou interfrásico.

Tendo deixado esses termos claros procederemos à reflexão sobre os dados encontrados. Dessa forma, uma proposição pode conter uma ou duas frases e, no caso das frases complexas mais de dois conjuntos de sintagmas nominais e verbais.

As **frases-tese** são constituídas por enunciados que propõem – como a sua própria denominação esclarece – um tema, tese ou opinião.

<<você não pode comer às pressas demais >>

Por outro lado, as **frases-argumento** expressam uma tentativa de sustentação de uma frase-tese. Podem ser formuladas mediante razões, exemplos, hipóteses, concessões, justificativas, etc.

<<senão vão pensar que você esta com muita fome.>>

Pudemos identificar um total de 21 proposições, formadas pela **díade frase-tese + frase-argumento** como ilustramos:

<< Não devemos ficar de pé no cinema, porque as pessoas querem assistir o filme>>

A primeira frase corresponde à frase-tese ou tema da proposição, id est., uma opinião.

<< Não devemos ficar de pé no cinema, >>

A segunda frase corresponde ao argumento que sustenta a tese/tema, ou seja, uma explicação, razão concessão, causa etc. etc.

³ É importantíssimo não confundir nossa abordagem do termo proposição com definição contida na gramática de Port-Royal: "O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo "A terra é redonda", se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda*" (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p.28)

<< porque as pessoas querem assistir o filme >>

Por outro lado, **92 proposições** são formadas apenas por uma opinião ou frase-tese que não é seguida ou sustentada por nenhum tipo de argumentação.

<<Além disso, você não pode querer ser o dono da festa;>>

Apenas as duas proposições seguintes não são classificadas nem como tese nem como argumento.

<<Na mesa é hora da família reunida, >>

<<todos perguntam como foi seu dia, mas de um jeito educado ou mal-educado; >>

Evidentemente, são duas frases declarativas, mas que se comportam como uma introdução à verdadeira sequência argumentativa, levando em consideração o plano geral do texto no qual estão inseridas.

<<Na mesa é hora da família reunida, todos perguntam como foi seu dia, mas de um jeito educado ou mal-educado;

Na mesa não podemos gritar, arrotar ou fala de boca cheia. Porque gritar, arrotar ou fala de boca cheia é muito feio, então não pode fazer isso na mesa, não seria educado nem para você e nem pros outros. >>

Do total de 134 frases analisadas, segmentadas e classificadas segundo as categorias apresentadas no item, temos, portanto, 111 frases-tese, 21 frases-argumento e 2 frases introdutórias (da ordem do narrar). Esse resultado já nos mostra que apenas 18% (21 de 111) das proposições trazer à cena algum tipo de planificação argumentativa (tese+argumento). Sem fazer um (pré) julgamento, podemos afirmar, inicialmente que se deve então proceder a uma análise atenta dos dois tipos de frase, pois a ausência de frases-argumento não significa a ausência da construção de significados ou da própria argumentação. Os <<pontos de vista>> dos alunos estão lá, nos textos, e o que vai nos interessar será exatamente a forma como eles operam a linguagem, a fim de exprimir esses pontos de vista, mesmo não utilizando a díade **tese-argumento**.

Os dados desse primeiro conjunto de textos também servem de parâmetro do ponto de vista do desenvolvimento da capacidade argumentativa, sobre o qual poderemos refletir, haja vista os conjuntos de textos de opinião mais complexos produzidos pelos mesmos alunos na fase de intervenção (consignas 2, 3 e 4). Dentre os textos produzidos pelos alunos na fase de observação, optamos por apenas um (ver consigna 1). Os demais textos

produzidos não foram textos de opinião, mas correspondiam a exemplares de gêneros narrativos e instrucionais.

Na análise que comporta o conjunto de textos da consigna 1 (25 textos de opinião), consideramos como frase complexa todas as frases subordinadas, sejam elas **completivas, relativas, circunstanciais** (adjetivas ou adverbiais) ou **adjuntas**. Essa categoria foi caracterizada de outra forma no estudo dos outros conjuntos de textos (fase de intervenção) em razão das características da primeira produção. Os textos aqui analisados eram compostos simplesmente por listas de frases e proposições dentro de um só parágrafo. Nesse caso, não analisamos toda a infra-estrutura textual, mas somente a díade <<Tese-argumento>>. O primeiro conjunto de textos não foi objeto de um trabalho de correção posterior sobre a produção dos alunos, como foi o caso dos três conjuntos de texto da fase de intervenção (ver 2, 3 e 4).

Tendo feito essa clarificação, podemos seguir e acessar as cifras de cada categoria, refletindo sobre as informações que elas nos oferecem.

A maioria das frases-tema é simples, 74 de 111 (67%), por outro lado, 37 das 111 frases (33%) são frases complexas. As frases complexas estão presentes em 20 dos 24 textos. Podemos, então, afirmar que não há uma concentração de frases complexas nos textos produzidos por um determinado grupo de alunos. Esse dado indica, enfim, uma homogeneidade dos sujeitos em relação ao emprego de frases simples ou complexas.

Pontos para reflexão:

- As 74 frases-tese simples não são seguidas de uma frase-argumento, a não ser por duas proposições isoladas.
- As frases tese-complexas (37) podem ser separadas em dois grupos. O primeiro grupo de 18 frases-tese complexas (48%) não sustentadas por uma frase-argumento e o segundo grupo de 19 frases-tese complexas (52%) seguidas por uma frase-argumento. Este dado é digno de nota, haja vista que, no total de frases analisadas, temos somente 21 frases-argumento, havendo, portanto, 19 proposições <<frase-tese complexa + frase argumento>>. Essa cifra corresponde a 90% das proposições <<**frase-tese + frase-argumento**>>.

A preponderância da díade tese-argumento apenas nas proposições <<frase-tese complexa + frase argumento>> confirma nossa intuição de que a análise da argumentação passa principalmente pelo campo semântico das significações que como

veremos encontra sua força e dinamicidade textual mais aparente nos mecanismos enunciativos.

Com base nos números mostrados, podemos montar um conjunto de quatro categorias de proposições e observar a proporção de cada uma no conjunto total

1 Proposições formadas somente por frases-tese simples (FTS): $74 / 113 = 65,4\%$.

Ex.:<< Não comer de boca aberta>>.

2 Proposições formadas somente por frases-tese complexas (FTC): $18 / 113 = 16\%$.

Ex.:<< Não fazer barulho quando as pessoas estiverem assistindo>>.

3 Proposições formadas por frases-tese simples + frases-argumentos (FTS+FA): $2/113 = 1,8\%$.

Ex.:<< Enfim seja educado à mesa agradando as pessoas que estão perto de você.>>.

4 Proposições formadas por frases-tese complexas + frases-argumento (FTC+FA): $19 / 113 = 16,8\%$.

Ex.:<< Não deve retirar comida da mesa, guardando na bolsa ou em qualquer outro lugar. Porque se alguém vir irá achar que você é ladrão de comida ou outra coisa.>>.

Como afirmamos, para aceder a uma análise da significação nos textos e, portanto, do seu viés argumentativo precisamos nos debruçar sobre a cadeia enunciativa de proposições. As cifras demonstram um crescimento no grau de complexidade das proposições. Essa maior complexidade está relacionada ao número de componentes sintáticos, mais especificamente a um encadeamento gradativo de predicções ao redor de um núcleo predicativo inicial (frases complexas ou períodos compostos). Do ponto de vista enunciativo, veremos que as proposições mais complexas são aquelas nas quais encontraremos um maior número de modalizações e, portanto, de operações enunciativas.

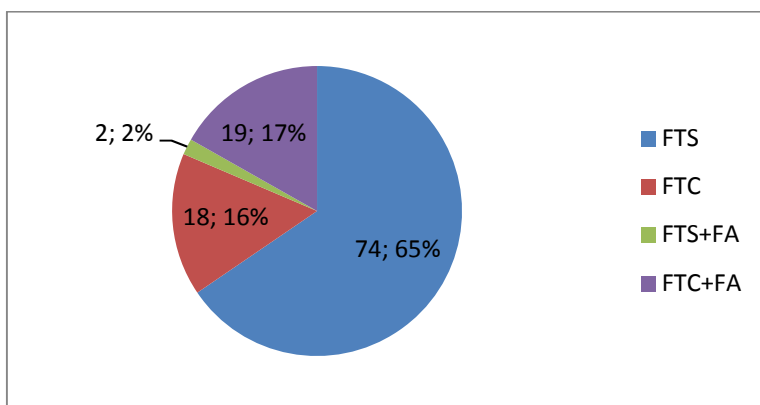


Gráfico 1: Tipos de proposições encontrados

Essa categorização nos permite estabelecer uma tensão entre dois <<polos>> de proposições: menor e maior complexidade.

Veremos adiante o estudo das relações predicativas nas frases-tese, cujos resultados apontam para uma preponderância da predicação sobre o agenciamento em todos os tipos de proposição acima categorizados.

Esquema 2: Contínuo (-) ou (+) complexidade das proposições.

4. A relação predicativa nas frases-tese:

Tomamos como relação predicativa a operação binária <Grupo nominal_Grupo Verbal>. No primeiro momento, essa relação é caracterizada, principalmente, pela terminação do verbo, que define a categoria em si, reportando-se às pessoas do discurso diretamente (1ª pessoa do singular, 2ª pessoa do singular {...} 3ª pessoa do plural) ou de forma genérica (gerúndio, infinitivo). Nossa opção por refinar essa categoria, acrescentando o critério de apagamento ou não do grupo nominal. No gráfico seguinte, apresentamos os dados referentes à relação predicativa nas frases-tese:

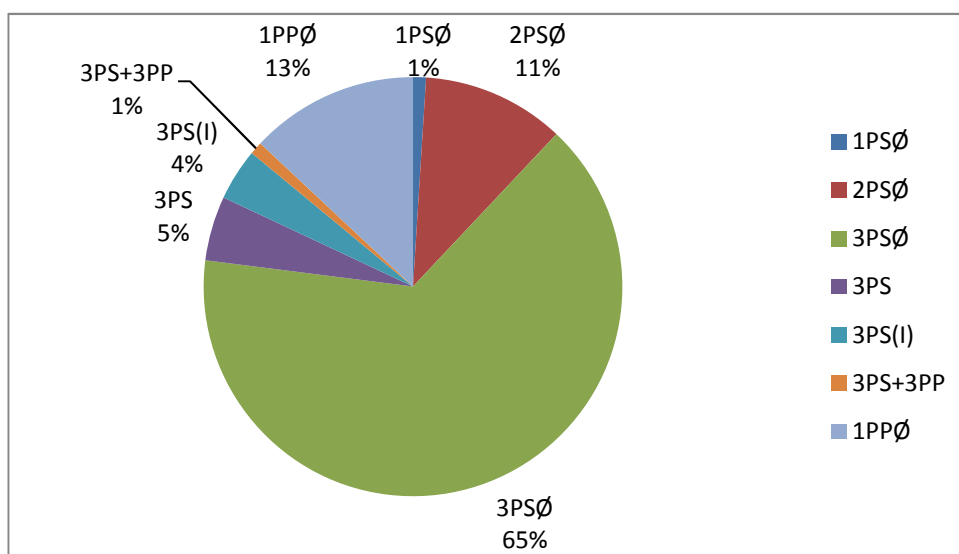


Gráfico 2: Relação predicativa nas frases-tese

Notamos a presença majoritária da 3ª pessoa do singular em 67% das frases-tese. Na sua grande parte, o grupo nominal está oculto ou apagado (62%), como no exemplo abaixo:

<<Não deve arrotar durante a refeição.>>

Em apenas 5%, temos o grupo nominal explícito mediante a expressão <<a gente>>

<< a gente se quiser um pratinho é para dizer com licença.>>

Finalmente, o apagamento do sujeito está presente em 94% das frases-tema, incluindo aquelas em que a relação predicativa se refere à primeira pessoa do plural (10%) e à primeira e segunda pessoas do singular (1% e 10%, respectivamente). Também acontece o apagamento evidente do sujeito nas frases-tese em que o verbo está no infinitivo (9%):

<<Fazer silêncio e não falar de boca cheia.>>

Esse apagamento e a própria manifestação da terceira pessoa do singular revelam que, na operação sujeito>verbo>predicado, a ênfase discursiva está voltada para o verbo e seu complemento. No caso, para uma determinada ação que deve ser <<praticada>> por todos. O não agenciamento do explícito do sujeito, longe de lhe subtrair importância, implica necessariamente o agenciamento de todas as pessoas do discurso. Isso fica ainda mais claro nos casos em que a primeira pessoa do plural é utilizada:

<<Devemos lavar as mãos.>>

5. A “genericidade” nas frases-tese

Na categoria de análise “agentividade”, utilizamos um critério de <<apreensão>> da linguagem em ação; isto é, um critério pragmático que procura identificar a agente da ação ou alguém que sofre a ação. Assim, estabelecemos as seguintes categorias:

1. « **G** » (“agentividade” genérica) quando não há um sujeito específico responsável pela ação ou a quem a ação se endereça.

Ex.: <<Não pode cuspir no chão.>>

2. « **E** » (“agentividade” específica) quando há um sujeito que é explicitamente endereçado pelo verbo ou que toma a responsabilidade pela ação.

Ex.: << **Você** não deve falar com a boca cheia.>>.

3. « **N** » (“agentividade” neutra) nos casos em que não há “agentividade”, isto é, quando o verbo não indica uma ação, mas um estado ou atributo:

Ex.: <<A escola **é grande**>>.

Os Itens 1 e 2 foram subdivididos nas seguintes subcategorias:

1. G = “agentividade” genérica

1.1 GM = Genérica com o sujeito marcado

1.2 GØ = Genérica com o sujeito oculto/apagado (dividida em dois grupos)

1.2.1 G ØD = Genérica com o sujeito oculto/apagado em frase declarativa

1.2.1 G ØI = Genérica com o sujeito oculto/apagado em frase imperativa

2. E = “agentividade” Específica

2.1 EM = Específica com o sujeito marcado

2.2 EØ = Específica com o sujeito oculto/apagado (dividida em dois grupos)

2.2.1 EØD = Específica com o sujeito oculto/apagado em frase declarativa

2.2.1 EØI = Específica com o sujeito oculto/apagado em frase imperativa

Os dados mostram que **95 % das frases-tese** apresentam uma operação gnômica ou de genericidade” quanto à “agentividade”. Enfim, a quase totalidade das frases-tese demonstra esse apagamento do agente. A tese é apresentada como algo impessoal vinda de uma instância <<superior>> que não precisa de nome. Digna de nota é a variedade com que essa operação é composta de várias formas, o que nos levará à percepção de uma diferenciação no grau de “agentividade” com base no estudo dessas estratégias enunciativas.

A primeira estratégia organiza a operação de “agentividade” por intermédio do sujeito oculto/apagado em frase declarativa é a mais frequente com 79% das frases-tese:

Ex.: <<Não fazer barulho quando as pessoas estiverem assistindo>>

A segunda categoria mais frequente é a da “agentividade” genérica com sujeito marcado (13 frases / 12%). Nessa categoria, encontramos a maior variedade de composições. Em 8 frases-tese, a “genericidade” é marcada pelo pronome <<você>>. Este <<você>> não se refere ao leitor efetivo do texto, mas a todos os destinatários da norma que é expressa na frase-tese.

EX1.: << No cinema **você** não deve conversar;>>

EX2.: <<Enfim caso **você** arrotar, pedir desculpas;>>

Em outras 5 frases-tese, o enunciador do texto se inclui como parte desse <<campo genérico>>, utilizando:

a) A mudança na relação predicativa (primeira pessoa do plural) (1 frase):

Ex.: << Não **devemos** gritar;>>.

b) A expressão <<A gente>> (4 frases)

Ex.: << A **gente** não pode querer sempre ser o primeiro em tudo;>>.

c) O pronome indefinido <<todos>> (1 frase)

Ex.: << **todos** perguntam como foi seu dia, mas de um jeito educado ou mal-educado;>>

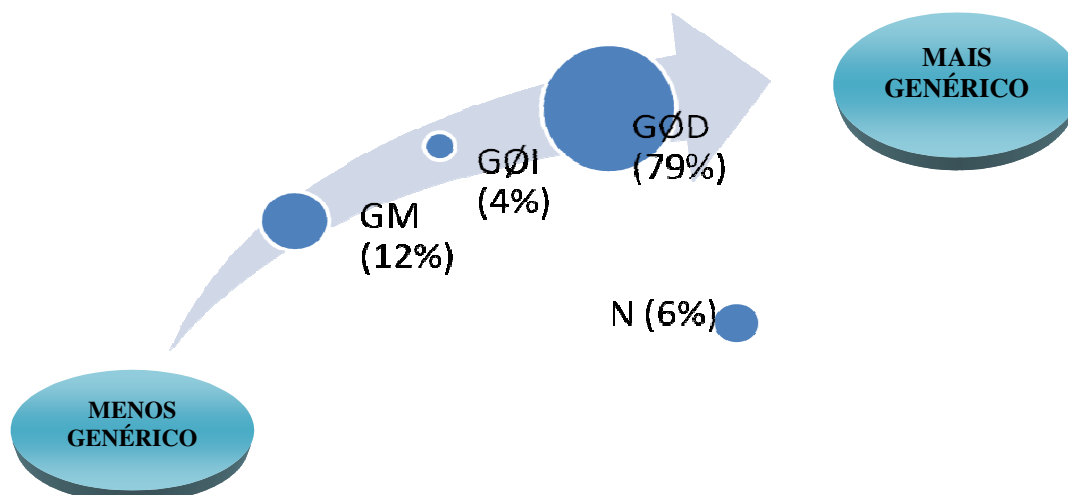
A “agentividade” também é expressa com a utilização do imperativo, que também é uma forma de <<generalizar>> a responsabilidade da ação (5 frases)

EX.: << Não **coma** de boca aberta.>>

Enfim, em 6 frases (5%) há a ausência de “agentividade”, dado que o **tipo de processo** expresso pelo verbo é o da atribuição de um estado ou qualidade (verbo de estado). Nesses casos, classificamos a “agentividade” como neutra ou inexistente.

EX.: <<Por isso não **seja** guloso>>

Podemos perceber aqui também uma tensão entre dois polos, mais e menos “genericidade”. Nesse caso, peculiarmente o polo, <<MAIS GENÉRICO>> predomina ou tem mais força do que o polo menos genérico.



Mais uma vez, percebemos a ênfase no caráter genérico da “agentividade” utilizada

Esquema 3: Contínuo (-) ou (+) genericidade da agentividade.

nas frases-tese, sejam elas simples ou complexas. Além disso, a relação entre a relação predicativa e a voz enunciativa é clara, pois o **apagamento** do sujeito (94%) e a predominância da terceira pessoa do singular (67%) mostram uma estratégia ou operação discursiva de colocação do locutor em um plano externo, o que é característico do discurso teórico.

O locutor não tem voz, ou tenta <<apagar>> a sua voz, também no sentido de conceder ao que é dito um caráter de neutralidade, ou de <<verdade>>, característico das normas ou convenções sociais.

6. O grupo verbal nas frases-tese

Em relação ao grupo verbal, em **61 %** das frases-tese, temos a construção **metaverbo Deontico (PI) + infinitivo**. O metaverbo “deve” aparece em 44 frases-tese (42%) do total e o metaverbo “pode” em 20 (19%). Ambos modificam o valor semântico do verbo <<central>> que lhes segue da mesma forma, isto é, inserindo um valor normativo, relacionado a regras sociais, permissão, aceitabilidade ou não de uma ação no plano sócio-subjetivo dos acordos e das relações.

Ex1: <<Não **deve comer** sem antes lavar as mãos.>>

Ex2: <<Não **pode falar** alto;>>

O **infinitivo** é a segunda forma verbal mais significativa, com 28% do total das frases-tese.

Ex1: <<Não **levar** doces da festa para casa >>

Ex2: Além disso, **comer** de gafo e colher;

Essas duas categorias somadas equivalem a **89% das frases-tese**. Evidentemente, o infinitivo é utilizado como verbo <<central>> com tamanha relevância, o que está em coerência com a extrema “genericidade” da voz enunciativa (83%), conforme visto no item 3.4.4.

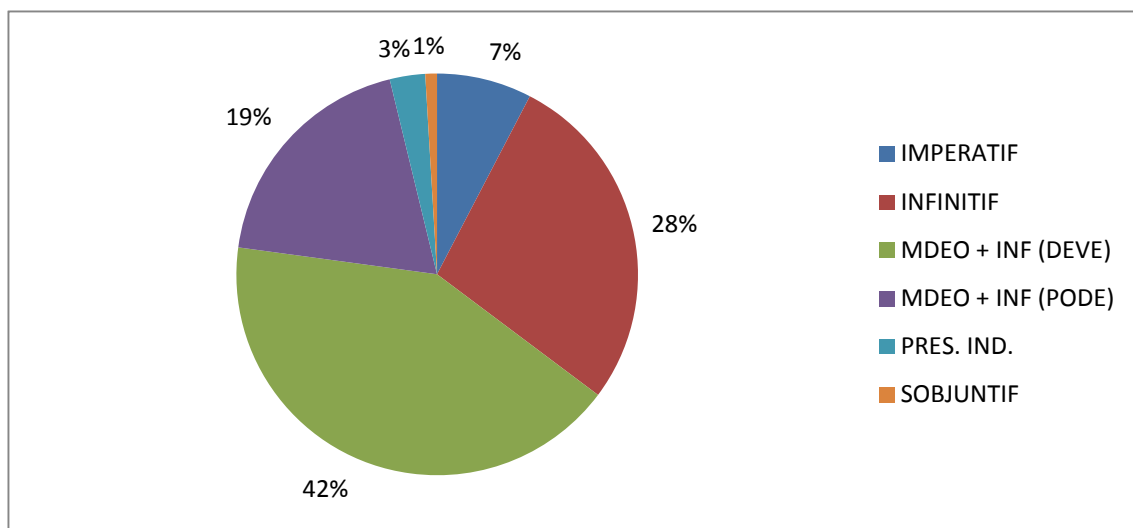
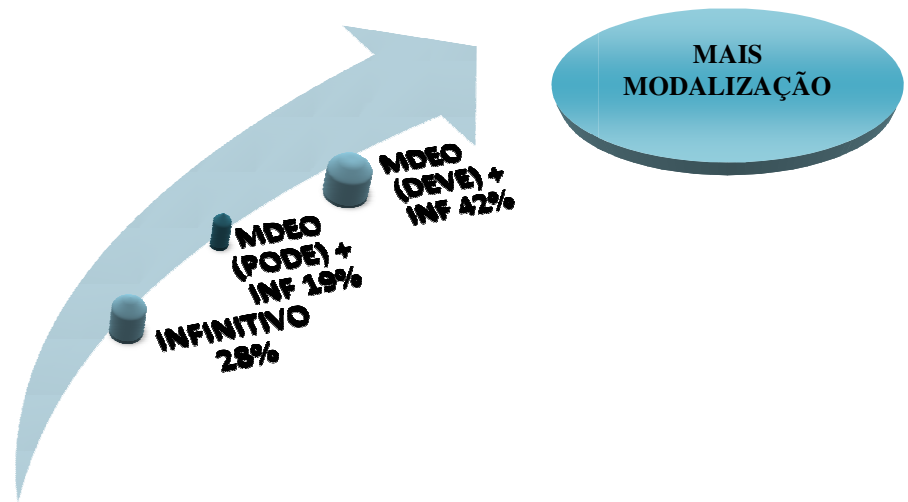


Gráfico 3: Grupo verbal das frases-tese

Fazendo uma comparação entre as formas verbais que aparecem nos textos estudados, podemos estabelecer mais um campo de tensão entre dois polos. Essa polarização se refere ao grau de modalização deôntica do <<comando>> ou norma prescrita. As frases-tema em que o infinitivo é utilizado têm um grau de menor modalização, mas a própria utilização do infinitivo já denota uma norma (voz genérica), principalmente levando em consideração o objetivo comunicativo dos textos estudados (texto de opinião). Enfim, o infinitivo é utilizado nesses textos para expressar um grau de <<verdade deôntica>>; <<comer de garfo e colher>> seria uma norma evidente a ser seguida por todos.

Por outro lado, as frases-tema com os metaverbos <<deve + infinitivo>> e <<pode + infinitivo>> apresentam maior modalização. Os metaverbos servem como apoio para inserir uma justificativa deôntica ao verbo central. Indo um pouco mais além, podemos propor uma diferença entre os verbos <<pode>> e <<deve>>. O verbo <<pode>> indica uma norma mais estabelecida, digamos, mais obrigatória. O verbo <<deve>> indica uma norma mais flexível, ou uma possibilidade de reflexão sobre essa norma quando da sua utilização. É importante deixar clara que não estamos falando do sentido destes verbos no dicionário, mas do significado dado a eles no conjunto de textos estudados, ou seja, na significação construída nessa determinada situação de produção.

Dessa forma, poderemos compor o seguinte campo de tensão entre polos de mais e menos modalização deôntica.



-tema.

7. A voz enunciativa nas frases-tese



Utilizamos como critério para essa categoria a definição de voz enunciativa como a instância responsabilizada por aquilo que é dito, ou seja, a voz enunciativa define ou clarifica quem dá sustentação ao que é expresso no texto (BRONCKART, 1997).

Nos casos em que essa instância não é evidenciada claramente a responsabilidade enunciativa é atribuída a um <<textualizador>>, que é a instância de planificação básica dos tipos de discurso: o narrador no caso dos discursos do NARRAR e o expositor nos discursos

da ordem do EXPOR. Essa ausência de esclarecimento da responsabilidade enunciativa é qualificada como <<N>> **VOZ NEUTRA**.

Em nosso estudo das frases-tese, verificamos que 99 frases são caracterizadas por esse tipo de voz o que corresponde a 89% do total. Vejamos alguns exemplos:

<<Não deve beliscar e dar palmadas no seu vizinho.>>

<<Não fazer barulho quando as pessoas estiverem assistindo.>>

<<Não levar doces da festa para casa.>>

Quando a responsabilidade enunciativa é posta em evidência, podemos ter a **voz de personagens <<P>>**, postas no texto como agentes enunciativos implicados diretamente na ação. A responsabilidade enunciativa também pode ser atribuída a uma instância **social <<S>>**, externa à ação do texto, podendo também ser personagens, instituições, grupos etc. Finalmente, o próprio locutor do texto ou **Autor <<A>>** pode se denominar como responsável enunciativo.

Das 111 frases-tese analisadas nenhuma traz a voz de personagens ou a voz social, entretanto, 12 frases (11%) incluem o autor <<A>> como agente enunciativo. Mesmo nessas 12 frases, percebemos uma gradação dessa responsabilização indo de um grau de maior clareza para um grau de responsabilização atenuada, bem próximo da voz neutra <<N>>.

Em apenas um exemplo encontramos a voz do autor clara e abertamente marcada:

<<**a minha opinião** é que a gente deve ser educado>>

Nas outras onze frases a voz do autor é <<diluída>>, tendendo a uma voz social mediante a utilização de duas estratégias. A primeira utilizando uma composição distal, ou seja, de estranhamento do autor, mas ainda assim incluindo-o como responsável. Para construir essa operação, foi utilizado o termo <<a gente>> como nos exemplos abaixo:

<<**A gente** se quiser um pratinho é para dizer com licença.>>

<<**A gente** não pode querer sempre ser o primeiro em tudo>>

A segunda estratégia é caracterizada pela relação predicativa explícita na terminação do verbo. Utiliza-se a primeira pessoa do plural, mas o sujeito é apagado. Essa utilização do <<nós>> presente na terminação verbal representa uma participação do autor na responsabilização pelo que é dito, mas simultaneamente expressa a <<diluição>> dessa responsabilidade com um grupo social.

<<Enfim **sejamos** educados, porque sendo assim nos tornamos elegantes.>>

<<Não **devemos** ficar de pé no cinema por que as pessoas querem assistir o filme>>

<<Não **devemos estourar** as bolas antes do aniversário terminar>>

<<Não **devemos conversar** para não atrapalhar;>>

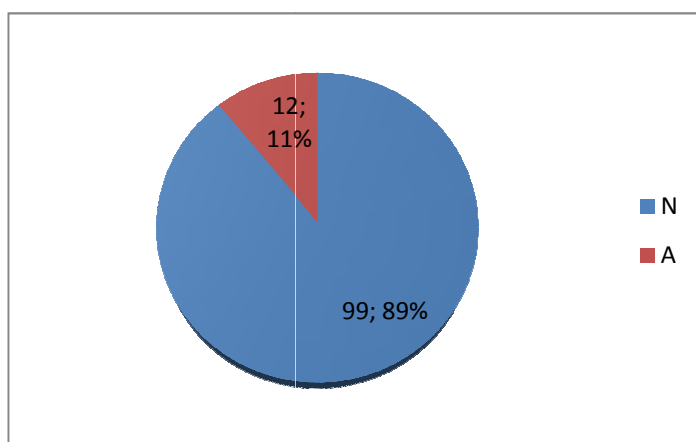


Gráfico 4: Voz enunciativa nas frases-tese

A neutralidade da voz enunciativa (89%), combinada ao apagamento do sujeito (94%) e ao caráter bastante genérico da “agentividade” (95%) demonstra, como já afirmamos, uma estratégia geral de reforço da relação verbo>predicado e um enfraquecimento do polo sujeito>verbo. A tentativa de <<apagar>> o sujeito nas frases-tese, somada à diluição da “agentividade”, tem o seu corolário na escolha de uma instância neutra para responsabilizar-se sobre aquilo que é dito. Longe de enfraquecer a frase-tese, essa operação que chamaremos de <<**generalização enunciativa**>> concede a esta a força de uma verdade incontestável, ou pela não necessidade de sua sustentação, ou pela pretensão de sua validade como <<norma social>>. A modalidade dessa norma social, contudo, é similar a de uma regra lógica, no sentido de que ela é praticamente reconhecida como absoluta ou <<óbvia>>.

Finalmente, a não clarificação dessa instância social, ou seja, o fato de não se recorrer a nenhuma instituição ou pessoa de referência para sustentar a norma ou tese expressa também colabora para a sua qualificação como <<verdade>>. Vemos, portanto, que **nos textos estudados** a argumentação no polo frase-tese ou opinião se faz com a criação de um esquema de significações práticas, fundamentado em crenças que se consideram comuns entre enunciadores e destinatários.

Ao analisarmos, a seguir, as frases-argumento, veremos como essa operação de ancoragem enunciativo-pragmática acontece de forma diferenciada no polo do argumento,

ou seja, a operação de sustentação de uma tese por um argumento se caracteriza em alguns aspectos de maneira similar à operação da expressão opinativa. Por outro lado, em determinados aspectos, as frases-argumento se diferenciam das frases-tese, principalmente no que diz respeito à operacionalização da relação verbo>predicado.

8. As frases-argumento

Passaremos à análise das frases-argumento. São as que comportam um motivo, exemplo, justificativa ou outra operação que tem como objetivo sustentar uma frase-tese, isto é, uma opinião-referente. Abaixo um exemplo retirado dos textos analisados:

Ex1. : <<Não deve retirar comida da mesa, guardando na bolsa ou em qualquer outro lugar.>> **(Frases-Tese)** <<Porque se alguém vir irá achar que você é ladrão de comida ou outra coisa;>> **(Frases-argumento)**

Ex2.: <<Não deve deixar lixo no chão do cinema,>> **(Frases-Tese)** <<por que as pessoas podem pisar ou cair.>> **(Frases-argumento)**

Dentre as 134 frases analisadas, somente 21 eram frases-argumento, o que corresponde a 16% do total de frases. Considerado a ideia de proposição argumentativa, isto é, da operação frase-tese+frase argumento, temos 21 proposições dentre 113, o que corresponde a 19%. Isso significa que há maioria (81%) de proposições compostas somente por frases-tema. Por outro lado, **não há nenhuma frase-argumento** <<solta>>>>, isto é, sem uma frase-tese à qual dá sustentação.

Para nós duas coisas são claras: nos textos estudados, o critério para fundamentar as teses não está na quantidade de argumentos, mas na necessidade ou não desses argumentos a partir de um julgamento implícito que o autor empírico do texto realiza sobre as teses pronunciadas.

De fato, uma frase tese pode ancorar-se em si mesma, desde que haja, do ponto de vista do autor, o subentendido ou um implícito de uma norma social ou mesmo de uma avaliação lógico-formal. Verificamos que nossa abordagem da análise textual não parte e nem termina em um julgamento acerca da eficácia da argumentação em determinando texto. Tal busca nos levaria ao equívoco da criação de um texto ideal ou de protótipos ideais

para determinada planificação textual, o que para nós é essencialmente uma abordagem universalista e dualista da linguagem.

9. Organizadores argumentativos

Em todas as proposições **frase-tema + frase-argumento**, encontramos um organizador argumentativo em forma de conjunção. O Gráfico seguinte mostra a relação de desses elementos de conexão e a proporção de cada um deles nas frases estudadas.

É interessante notar que o conectivo mais utilizado <<porque>> ao contrário de expressar uma relação de causa e consequência lógica, na maioria das frases, serve de mera conexão entre a tese e os seus argumentos, mais como um elemento de conexão entre segmentos do texto do que entre períodos devidamente organizados. Dessa forma, em vários textos, observamos o fenômeno da dilatação dos argumentos em torno de uma tese.

10. A relação predicativa, “agentividade” e voz enunciativa nas frases-argumento

Nessas duas categorias, as frases-argumento são estruturadas de forma muito similar às frases-tema, isto é, com a predominância da 3ª pessoa do singular (57) % e da “agentividade” genérica (71%)

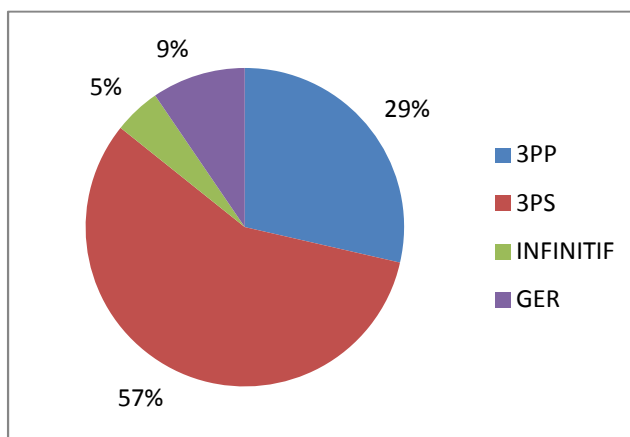


Gráfico 5: Relação predicativa nas frases-argumento

A presença da “agentividade” genérica ou neutra é mais forte ainda nas frase-argumento em comparação às frases-tese. Somando os casos em que a “agentividade” é

genérica com apagamento do sujeito em frase declarativa <<GØD>> (8 frases de 21 – 38%), aos casos em que essa “genericidade” é marcada <<GM>> (7 frases de 21 – 33%) e aqueles em que há ausência total de “agentividade” <<N>> (5 frases de 21 – 24%), temos 95% das frases-argumento. Em apenas uma frase, essa “agentividade” é especificada. A esse fato adiciona-se o apagamento do sujeito em 57% das frases. Nos casos em que o verbo é de estado ou ligação, o sujeito também é apagado:

Ex.: <<Não deve arrotar durante a mesa>> <<**porque é falta de educação.**>>

Enfim, na categoria voz enunciativa aparece a voz neutra com predominância de 81% (17 frases) sobre a voz do autor (4 frases – 19%). Há ausência total da voz de personagens ou da voz social.

É interessante observar a ausência total da voz social nos textos apresentados, certamente; os grupos sociais e ambientes em que os alunos-autores se fundamentam para envolver a família, a escola, os professores, os outros alunos. Essa influência, não é expressa nos textos como apoio à argumentação. Esses outros agentes sociais não são trazidos para a ação de linguagem. Se estão presentes na formação das representações sócio-subjetivas dos alunos, essa presença não é reconhecida como válida para assumir a responsabilidade sobre o que é dito.

Várias conclusões podem ser tiradas dessa constatação. Primeiramente, resta claro que as regras ou opiniões defendidas são tidas como <<evidentes>> e válidas <<in essentia>>, i.e., sem a necessidade de justificativas que a sustentem. Um argumento que sustem essa tese é a ausência da voz do autor. O autor empírico do texto também não se assume como responsável enunciativo. Não há elementos como “na minha opinião” etc; e mesmo o apagamento do sujeito revela essa omissão enunciativa completa.

A segunda constatação é em relação ao papel das vozes sociais. Parece-nos que a família e a escola não têm <<força>> ou <<legitimidade>> suficientes para serem trazidas de forma explícita no texto como responsáveis enunciativos ou mesmo como suporte à voz do expositor.

Os resultados demonstram que, nessas três categorias, as frases-argumento se assemelham às frases –tese, isto é, em ambas, a expressividade ou a força semântica está dirigida ao polo verbo>predicado, havendo a predominância de um apagamento ou diluição

da relação sujeito>verbo. Enfim, tanto nas frases-tese quanto nas frases-argumento, percebemos uma operação de generalização enunciativa, visando a dar à norma um caráter de <<verdade>> reificada.

Apesar dessas semelhanças, encontraremos adiante um quadro diferente no que concerne ao grupo verbal das frases-argumento, que se diferencia em muito do grupo verbal das frases-tese. Essa constatação nos levará a elaborar uma série de categorias enunciativas peculiares à frase-argumento.

11. O grupo verbal nas frases-argumento

Nessa operação, as frases-argumento diferem das frases-tema de modo bastante acentuado, revelando uma variedade de estruturas. Essa variedade está relacionada às diferenças semânticas, pois, enquanto as frases-tema expressavam uma norma ou regra, as frases-argumento variavam entre justificativas, concessões, hipóteses, exemplos etc.

Outra característica das frases-argumento é a presença de frases subordinadas completivas e circunstanciais, além de uma combinação de tempos verbais em locuções. Localizamos nos textos três categorias de <<tipo de verbo+tempo verbal>>.

Primeiramente, o verbo de estado ser (7 frases – 33%). Mesmo dentro dessa categoria encontramos operações e combinações diversas.

1 Verbo de estado no presente do indicativo:

<<Não deve arrotar durante a mesa **porque é falta de educação.**>>

<<Ao se comportar na mesa você não deve espirar na mesa **porque é muito nojento;**>>

<<Não deve meter o dedo no nariz ou no ouvido durante a conversa **porque é falta de educação.**>>

<<Na mesa não podemos gritar, arrotar ou fala de boca cheia. **Porque gritar, arrotar ou fala de boca cheia é muito feio.**>>

2 Verbo de estado no presente do indicativo seguido de frase completiva

<<Não ficar conversando **porque no cinema é o canto de ficar calado;**>>

3 Verbo de estado no gerúndio seguido de frase subordinada completiva

<<Enfim sejamos educados, **porque sendo assim nos tornamos elegantes.**>>

4 Verbo de estado no futuro simples seguido de frase coordenada aditiva

<<Não deve meter o dedo no nariz ou no ouvido durante o jantar. **Porque seu dedo ficará sujo e vai sujar a comida;**>>

Antes de seguir, é necessário fazer um comentário sobre a análise da aspectualidade dos verbos realizada nessa etapa do trabalho. Categorizamos como verbos de ação todos aqueles não estado, isto é, que se referem a alguma dinâmica, seja ele durativo ou não, resultativo ou não. Dessa forma, na categoria <<verbos de ação>>, temos tanto verbos de atividade, realização e de acabamento, embora os três apareçam nos textos analisados.

Seguindo na análise do grupo verbal das frases-argumento observamos, que a segunda categoria mais significativa é o **presente do indicativo** (verbos de ação). São apenas quatro frases e três variedades de construção:

1 Verbo de ação no presente do indicativo:

<<Não pode se levantar **senão atrapalha o público;**>>

2 Verbo de ação no presente do indicativo seguido de duas frases completivas

<<Não deve pôr a cabeça acima do prato para comer, **para evitar que caia baba na comida e estrague-a;**>>

3 Verbo de ação no presente do indicativo seguido de uma frase completiva

<<Não falar muito alto **porque atrapalha as pessoas de verem** >>

<<Além disso, não gritar **porque atrapalha as pessoas de escutar;**>>

A terceira categoria de grupo verbal nas frases-argumento (4 frases – 19%) é, na verdade, uma elaboração envolvendo um verbo de ação no futuro simples, seguido de um **metaverbo psicológico**, acompanhado por uma frase subordinada completiva.

<<Não deve arrotar durante a refeição. **Porque os outros vão achar que você é mal educado.**>>

<<Você pode falar com a boca cheia **além do mais eles vão pensar que não é educado;**>>

<<E não pode comer com as mãos, **portanto isso eles vão pensar que você é nojento**>>

<<E você não pode comer as pressas demais **senão vão pensar que você esta com muita fome.**>>

As demais construções aparecem em uma frase cada um.

1 Verbo de ação no futuro do pretérito, seguido de frase subordinada circunstancial

<<Não devemos deixar coisas no chão se for uma sapataria **por que as pessoas deixariam sapato no chão quando as pessoas experimentar;**>>

2 Verbo de ação no gerúndio, seguido de frase subordinada completiva (1 frase)

<<Enfim seja educado à mesa **agradando as pessoas que estão perto de você.**>>

3 Verbo de ação no infinitivo

<<Não devemos conversar **para não atrapalhar;**>>

4 Metaverbo epistêmico, seguido de infinitivo

<<Não deve deixar lixo no chão do cinema **por que as pessoas podem pisar, cair.**>>

5 Metaverbo pragmático, seguido de infinitivo

<<Não devemos ficar de pé **por que as pessoas querem assistir o filme;**>>

6 Verbo no infinitivo, seguido de verbo no futuro simples, acompanhado de verbo no infinitivo mais frase subordinada completiva.

<<Não deve retirar comida da mesa, guardando na bolsa ou em qualquer outro lugar.

Porque se alguém vir irá achar que você é ladrão de comida ou outra coisa;>>

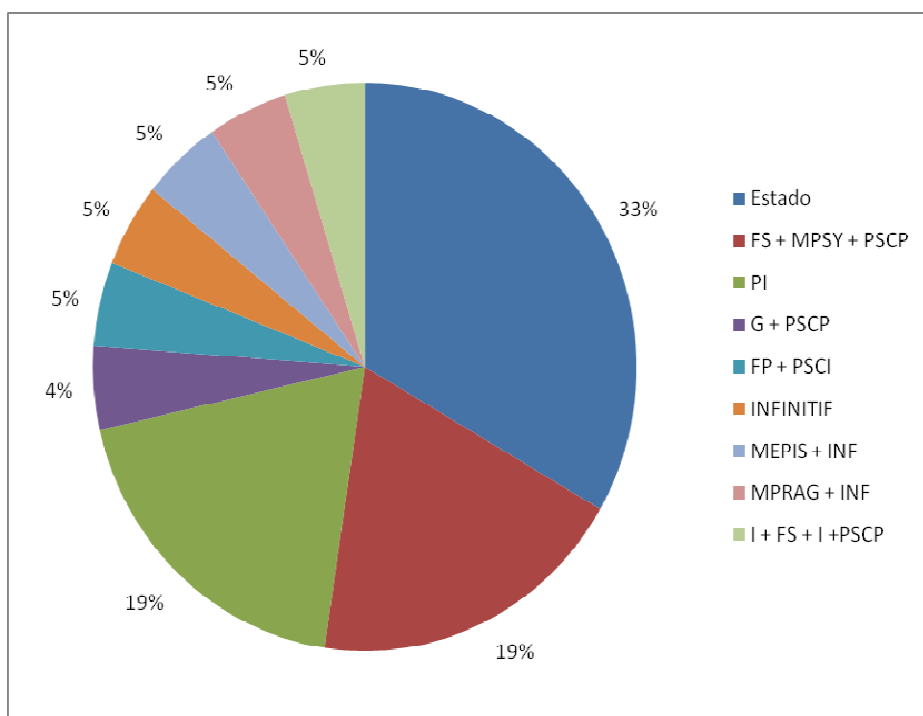


Gráfico 6: Grupo verbal nas frases-argumento

Enfim, podemos perceber a presença de 14 construções diferentes nas 21 frases-argumento. Nesse ponto, elas diferem totalmente das frases-tema, nas quais observamos apenas cinco construções diferentes em 110 frases-tema. Essa variedade sintática nos

parece ter uma relação direta com a função discursiva das frases-argumento, que é a de dar sustentação à frase-tema. Essa sustentação não ocorre baseada em uma lógica cartesiana, mas a partir de normas e acordos linguageiros. É interessante observar, contudo, como a sintaxe da língua natural é utilizada para expressar diferentes formas de planificação discursiva dentro de um mesmo objetivo: argumentar.

12. Operações enunciativas nas frases-argumento

A variedade de estruturação do grupo verbal nos levou a buscar uma categoria que permitisse descrever regularidades nas frases-argumento. Se essas regularidades não apareceram no plano do grupo verbal, nos parece que é possível estabelecer a última categorização desde o plano enunciativo, tendo como base o cruzamento entre a intenção **pragmático-argumentativa** ligada ao tema do texto e a **relação representacional do que é expresso pelo argumento com os mundos físico e sociosubjetivo**.

As frases-argumento finalizam a “semiotização” do raciocínio argumentativo por meio de tipos de suportes diferentes, caracterizados por **operações enunciativas** diversas. Procuramos descrever essas operações na sequência.

1 **Operação de generalização deontica:** tipo de suporte que se fundamenta na apresentação do argumento como <<verdade social>>, ou como regra de conduta.

<<Não deve arrotar durante a mesa **porque é falta de educação.**>>

<<Ao se comportar na mesa você não deve espirrar na mesa **porque é muito nojento;**>>

<<Não ficar conversando **porque no cinema é o canto de ficar calado;**>>

<<Não deve meter o dedo no nariz ou no ouvido durante a conversa **porque é falta de educação.**>>

<<Na mesa não podemos gritar, arrotar ou fala de boca cheia. **Porque gritar, arrotar ou fala de boca cheia é muito feio.**>>

Essa operação é caracterizada, nos dados analisados, pela utilização de um **verbo de estado**, o que é razoável, já que, como <<verdade>>, a frase-argumento é do ponto de vista sintático, um **atributo** da frase-tese. Do prisma discursivo, porém, ela aponta para a generalização de características do que seria uma <<boa conduta>>, ou do que constituiria uma visão geral de uma <<pessoa educada>>. Dessa forma, essa operação parece apontar para o **recurso** do autor a uma **série de representações** que, apesar de <<emitidas>> por ele no texto, são representações de ordem sócio-subjetiva sobre regras de comportamento do grupo social ao qual pertence.

2 **Operação de generalização epistêmica:** tipo de suporte que apresenta o argumento como uma conclusão lógico-causal da frase-tema, ancorado em uma lógica de <<necessidade>>.

<<Não deve pôr a cabeça acima do prato para comer, **para evitar que caia baba na comida e estrague-a;**>>

<<Não deve meter o dedo no nariz ou no ouvido durante o jantar. **Porque seu dedo ficará sujo e vai sujar a comida;**>>

<<Não pode se levantar **senão atrapalha o público;**>>

<<Não deve deixar lixo no chão do cinema **por que as pessoas podem pisar cair.**>>

<<Não falar muito alto **porque atrapalha as pessoas de verem** >>

<<E, além disso, e não gritar **porque atrapalha as pessoas de escutar;**>>

<<Não devemos deixar coisas no chão se for uma sapataria **por que as pessoas deixariam sapato no chão quando as pessoas experimentar;**>>

<<Não devemos conversar **para não atrapalhar;**>>

Observamos a presença **somente** de verbos que remetem a dinâmica (processos não estáveis), mas não parece haver preponderância ente verbos durativos/não-durativos nem entre verbos resultativos/não-resultativos. Esse fato nos leva a pensar que essas duas categorias da aspectualidade do verbo não sejam tão relevantes na “semiotização” do discurso argumentativo.

Do ponto de vista da relação semântica verbo>predicado, percebemos a predominância de uma **atitude passiva** das entidades endereçadas pelo grupo verbal. Em todos os exemplos essa relação é clara: a comida ficará estragada, as pessoas irão cair, as pessoas serão atrapalhadas.

3 **Operação de verificação psicológica** – a ênfase do argumento é impressa na verificação ou não de processos psicológicos dos agentes envolvidos (achar, pensar).

<<Não deve retirar comida da mesa, guardando na bolsa ou em qualquer outro lugar. **Porque se alguém vir irá achar que você é ladrão de comida ou outra coisa;**>>

<<Não deve arrotar durante a refeição. **Porque os outros vão achar que você é mal educado.**>>

<<Você pode falar com a boca cheia **além do mais eles vão pensar que não é educado;**>>

<<E não pode comer com as mãos, **portanto isso eles vão pensar que você é nojento**>>

<<E você não pode comer as pressas demais **senão vão pensar que você está com muita fome.**>>

Notamos que, oposta à operação anterior, a atitude das outras pessoas ou do mundo social não é de passividade, mas de inclusão dessas pessoas dentro do <<valor>> do que é expresso. Todos os exemplos compõem-se de frases complexas, pois se faz necessária a utilização de uma frase completiva, já que <<os outros>>, <<eles>>, ou seja, o mundo social, <<vai achar>>, ou <<vai pensar>>, algo em relação à ação que é descrita na frase-tese. O grupo verbal da frase-argumento constitui-se, então, como elemento de encaixamento psicológico para o que é mais central ou essencial na mensagem: as representações sociais com suporte na visão das outras pessoas sobre a regra citada na frase-tese.

4 **Operação de verificação pragmática** – o argumento é apresentado como um acordo de vontades, mas diferentemente da operação de generalização deôntica, essa norma não é apresentada como regra de conduta, mas posta no âmbito da intenção ou vontade dos agentes (querer, tentar).

<<Não devemos ficar de pé **por que as pessoas querem assistir o filme;**>>

5 **Operação de aspectualização** – nesse tipo de suporte o argumento é apresentado como algo inconcluso ou a ser alcançado, a ênfase é impressa no processo ou

fase de sua própria realização. Ao mesmo tempo, esse tipo de suporte pode se encaixar nos demais tipos.

<<Enfim sejamos educados, **porque sendo assim nos tornamos elegantes.**>>

<<Enfim seja educado à mesa **agradando as pessoas que estão perto de você.**>>

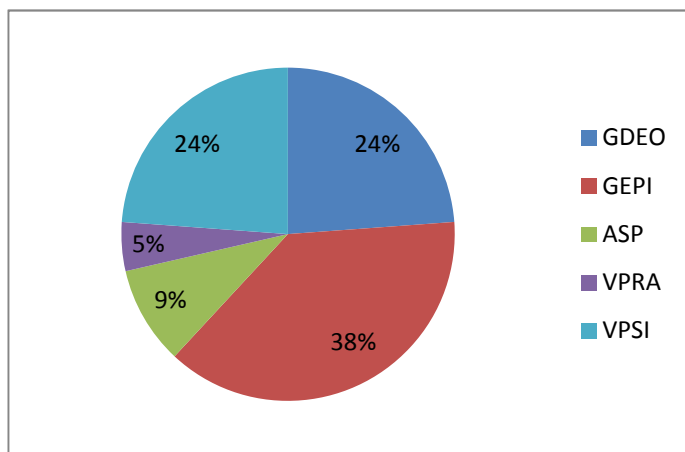


Gráfico 16: operações de enunciação argumentativa:

Podemos observar que essas operações independem da classificação sintática do conectivo utilizado, pois em todas temos a presença da conjunção <<causal>> POR-QUE. Dessa forma, as estruturas sintáticas que mais colaboram na formação das operações de “semiotização” argumentativas propostas são as relacionadas ao grupo verbal e ao predicado das frases-argumento.

Conclusão

Com suporte nos resultados apresentados, podemos estabelecer três pontos de reflexão geral que deverão ser confrontados com as análises dos próximos conjuntos de textos. Após essa confrontação, esperamos ter mais clareza quanto à possibilidade de assumirmos, mais fortemente, posições generalizantes quanto ao tema da argumentação nos textos escolares, tendo em conta, **sempre**, o contexto de produção (idade e escolaridade dos alunos, objetivo do texto, mediação do professor etc.).

A elaboração linguageira dos textos estudados ocorre com origem nas formas discretas estabelecidas na sincronia da língua natural dos alunos, porém essas formas discretas podem ser categorizadas em <<contínuos>> de expressividade. O estudo desses contínuos pode levar a um maior esclarecimento acerca da relação entre o sistema da

língua, a língua <<norma>> em relativa estabilidade e a <<língua interior>> dos indivíduos que utilizam determinado código natural. Essa relação parece ser de constante dinâmicos potencialmente dialética, não no sentido da busca de sínteses ou de uma economia, mas na formação de tensões entre polos de expressividade em constante movimento.

Relativamente à argumentação nos textos escritos, podemos perceber que a operação tese-argumento constitui-se da colocação em cena de tensões de expressividade caracterizadas pela necessidade de uma ancoragem pragmático-enunciativa, isto é, a essa operação depende não apenas da capacidade linguística de constituir uma rede de argumentos para sustentar uma opinião, mas na <<crença>> do enunciador na necessidade dessa sustentação social. Trata-se portanto, de uma operação psicológica com forte tendência à absorção das representações sociais e cuja constituição de significações, no texto empírico, está sujeita a restrições de ordem discursiva e não apenas linguística.

A força semântica das frases-argumento é expressa mediante de operações enunciativas referentes à argumentação. Essas operações buscam apreender os diversos mundos discursivos capazes de suportar relações não apenas de necessidade causal, mas de necessidade normativo-social, expressas em acordos e de operações psicológicas veiculadas nos grupos verbais utilizados na formulação dos argumentos e no gerenciamento da “agentividade” e da responsabilidade enunciativa. Nos textos coletados foi possível identificar cinco modalidades dessas operações: generalização deôntica; generalização epistêmica; verificação psicológica; verificação pragmática e “aspectualização”.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. (1992) *Les texts: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- ADAM, J.-M. (2005) La notion de typologie de textes em didactique du français : Une notion « dépassé » ?. *Recherches* n°42, Lille, p. 11-23.
- ADAM, J. -M. (2008) *A Lingüística Textual*. São Paulo: Cortez.
- BRACKLING, K. L (2000). Trabalhando com artigo de opinião: Re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In ROJO Roxane. (Org.). *A prática da linguagem em sala: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras.
- BRONCKART, J.-P. (2007). De l’activité collective à l’action et à la pensée individuelles. Pour une Psychologie fermement vygotkienne. In M. Merri (Ed.), *Activité humaine et*

conceptualisation. Questions à Gérard Vergnaud (pp. 103-123). Toulouse : Presses Universitaires du Mirail.

BRONCKART, J. -P. (2006). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de Letras.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BULEA, E. & FRISTALON, I. (2004): Agir, agentivité et temporalité dans des entretiens sur le travail infirmier. In J.-P. Bronckart & Groupe LAF (Ed.), *Agir et discours en situation de travail. Cahiers de la Section des Sciences de l'Education (Genève)*, 103, 11-144.

IJUIIM, J. K. (2001) *Jornal escolar: inter-relação criativa. Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 7, n. 20, jan. / abr.

FREINET, C. (1985) *Pedagogia do Bom Senso*. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes.

FREINET, C. (1975) *Técnicas de Educação: As técnicas Freinet da Escola Moderna*. Lisboa: Estampa.

JEANDILLOU, J.-F. (2006). *L'analyse textuelle*. Paris: Armand Colin.

MARCUSCHI, L. A. (2008) *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). (2004) *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

SOUZA, L. V. de. (3003) *As proezas das crianças em textos de opinião*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

VOLOSHINOV, V.N (1995/1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo: Hucitec.

VOLOSHINOV, V.N (2003/1926) *Estética da Criação Verbal*. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes.

RECEBIDO EM 15 DE JULHO DE 2011.

APROVADO EM 20 DE OUTUBRO DE 2011.